

Nota Técnica

Nº 42

Diest

Diretoria de Estudos e Políticas do
Estado, das Instituições e da Democracia

Janeiro de 2021

DEZ ANOS DE RECRUTAMENTO NA MAGISTRATURA TRABALHISTA BRASILEIRA (2007-2016)

Fernando de Castro Fontainha
Jaqueline de Jesus Cardoso
Alexandre dos Santos Cunha



Nota Técnica

Nº 42

Diest

Diretoria de Estudos e Políticas do
Estado, das Instituições e da Democracia

DEZ ANOS DE RECRUTAMENTO NA MAGISTRATURA TRABALHISTA BRASILEIRA (2007-2016)

Fernando de Castro Fontainha
Jaqueline de Jesus Cardoso
Alexandre dos Santos Cunha

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas

Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação (substituto)

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Nota Técnica

Nº 42

Diest

Diretoria de Estudos e Políticas do
Estado, das Instituições e da Democracia

Janeiro de 2021

DEZ ANOS DE RECRUTAMENTO NA MAGISTRATURA TRABALHISTA BRASILEIRA (2007-2016)

Fernando de Castro Fontainha
Jaqueline de Jesus Cardoso
Alexandre dos Santos Cunha

ipea

EQUIPE TÉCNICA

Fernando de Castro Fontainha

Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador visitante do Ipea.

Jaqueline de Jesus Cardoso

Graduanda em direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e auxiliar de pesquisa do Ipea.

Alexandre dos Santos Cunha

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdiest42>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CONCURSOS NO TEMPO.....	7
3 CONCURSOS NO ESPAÇO	9
4 ENTIDADE ORGANIZADORA	10
5 CONCURSOS, REMUNERAÇÃO E ISENÇÃO	12
6 REQUISITOS	12
7 PRAZO DE INSCRIÇÃO, IDADE E VALIDADE DO CONCURSO.....	12
8 MODALIDADES DE INSCRIÇÃO.....	13
9 RESERVA DE VAGAS.....	13
10 ELEMENTOS DE SELEÇÃO	13
11 RECURSOS.....	18
12 CURSO DE FORMAÇÃO, ATRIBUIÇÕES, HABILIDADES.....	18
13 LACTANTES.....	18
14 DESEMPATE, BANCA, EXAME GRAFOTÉCNICO.....	18
APÊNDICE A	19

No bojo da pesquisa *Seleção e recrutamento de magistrados e acesso à Justiça do Trabalho* (Ipea Projetos nº141/2018), um trabalho inicial consiste na análise descritiva da maneira como os magistrados trabalhistas vinham sendo selecionados no Brasil antes da unificação/nacionalização do recrutamento neste âmbito, ocorrida em 2017. Para tanto, tomamos como base empírica os editais de abertura de concursos para o cargo de juiz substituto do Trabalho, ocorridos nos dez anos que antecedem o concurso nacional. Assim, nosso corpo de análise são os 75 editais de concursos para o cargo de juiz substituto do Trabalho, no período de 2007 a 2016, realizados pelos 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) distribuídos pelo país, com exceção do 7º, 10º, 13º, 17º e 19º tribunais, que não realizaram concursos para o referido cargo no período analisado. Nossa metodologia se baseia em pesquisa anterior realizada com escopo muito similar, nos exatos termos:

O foco desta pesquisa são os editais. Nosso objetivo é tomá-los como projetos das instituições. (...) Nosso propósito é o de estudar editais enquanto projetos para a organização dos certames. O que pretendemos é recolocá-los numa abordagem política, ou seja, compreender as finalidades explicitadas pelos editais. Eles apresentam as políticas de recrutamento e seleção. Por isto, estes editais expressam uma ideologia. (...) Ao contrário do que se pode supor, os editais não expressam uma vontade, mas uma ideologia que legitima os funcionários públicos e orienta os “concurseiros”. Entendê-los em termos políticos permite compreender a complexa ligação entre as instituições e as entidades organizadoras com os candidatos e o mercado de cursos. Esses diferentes atores adquirem identidades públicas em função da organização do certame. (...) Tomar os editais como expressão de uma ideologia não diminui sua importância. Ao revés, alça a reflexão sobre eles como uma parte integrante dos múltiplos projetos institucionais, ou seja, como desejamos construir e orientar as instituições do Estado. Explicitar esta ideologia através dos editais nos permite conhecer os fundamentos deste projeto institucional de formar os quadros do Estado. Refletir sobre isto abre possibilidades de se pensar alternativas para orientar pragmaticamente as funções deste Estado. Deste modo, decidimos analisar os elementos dos editais de forma a compreendê-los globalmente. Nosso objetivo é entender o que estes diferentes projetos institucionais podem nos aprender sobre a organização do certame. Por este motivo, os gráficos expressam sempre os elementos constantes dos editais. As mudanças durante o período selecionado (2000-2010) refletem um padrão, isto é, uma ideologia que produz esta organização dos certames. Assim, procuraremos demonstrar através dos diferentes gráficos o quanto esta ideologia está presente na forma de se constituírem estes projetos institucionais (Fontainha *et al.*, 2014, p. 47-48)¹.

Nosso primeiro passo foi fazer o recorte temporal, depois escolhemos os certames realizados na última década (intervalo entre 2007 e 2016). Isto significa todos os concursos para juiz do Trabalho ocorridos no período. Em seguida, buscamos pelo registro das seleções realizadas neste intervalo de tempo. As pesquisas realizadas nas páginas eletrônicas de cada um dos 24 TRTs e no Diário Oficial totalizaram em 75 concursos.

Para analisar os certames que esses órgãos realizaram, elaboramos uma tabela na qual os elementos dos editais pudessem ser categorizados (apêndice A). Separamos seus dispositivos de acordo com sua generalidade ou especificidade quanto às vagas; isto é, vimos que há elementos que tratam do certame como um todo e outros que trazem dados específicos sobre cargos e carreiras. O preenchimento da tabela nos possibilitou chegar aos dados apresentados nesta pesquisa.

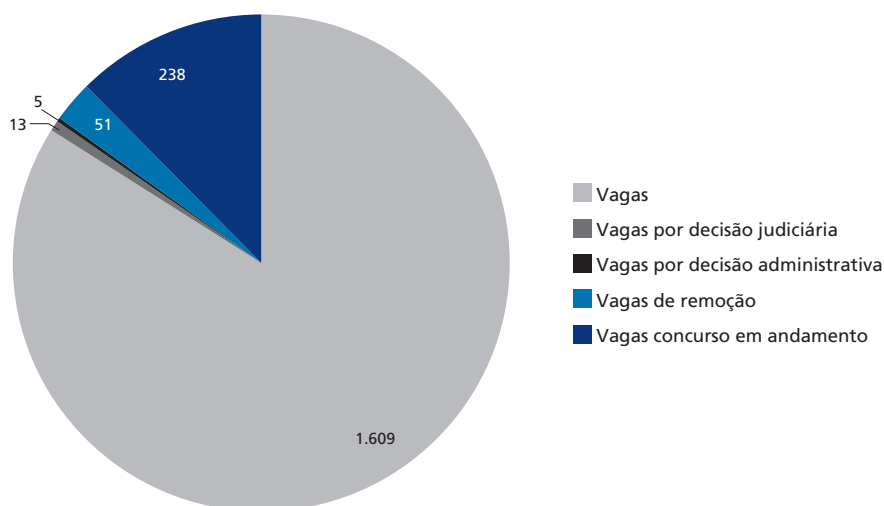
2 CONCURSOS NO TEMPO

Conforme o gráfico que relaciona o número de vagas por ano, tem-se o total de 1.916 vagas, das quais, treze foram reservadas por decisão judicial; cinco, em razão de processo administrativo; 51, remoções; 238 vagas reservadas para concursos realizados anteriormente, mas que ainda se encontravam na data de validade prevista. A maioria das vagas, no entanto, destinavam-se diretamente ao provimento de novos cargos para juízes do Trabalho substitutos aprovados nos respectivos certames, totalizando 1.609 vagas.

Observando-se a série histórica no gráfico 2, seu ápice ocorre em 2013, com o total de 468 vagas. No ano seguinte, no entanto, esse número reduz-se para quase metade, atingindo o total de 225 vagas, o que se repete em 2015. Em 2016, o número de vagas total é o menor da série, com apenas quinze vagas ofertadas.

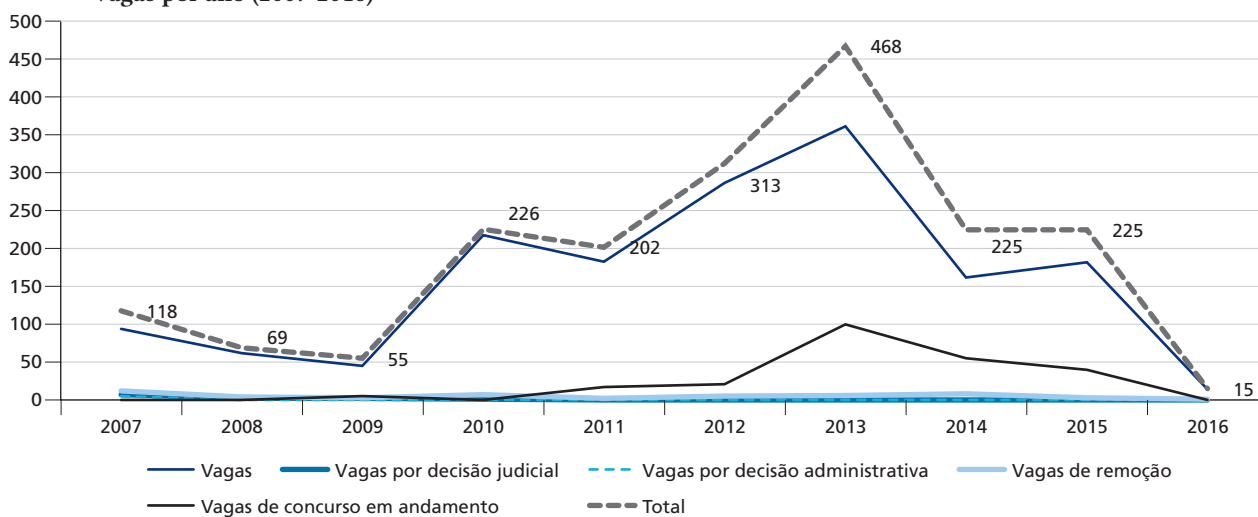
1. FONTAINHA *et al.* *Processos seletivos para a contratação de servidores públicos: Brasil, o país dos concursos?* Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2014.

GRÁFICO 1
Vagas por ano



Elaboração dos autores.
Obs.: Número de vagas: 1.916.

GRÁFICO 2
Vagas por ano (2007-2016)



Elaboração dos autores.
Obs.: Número de vagas: 1.916.

TABELA 1
Vagas por ano (2007-2016)

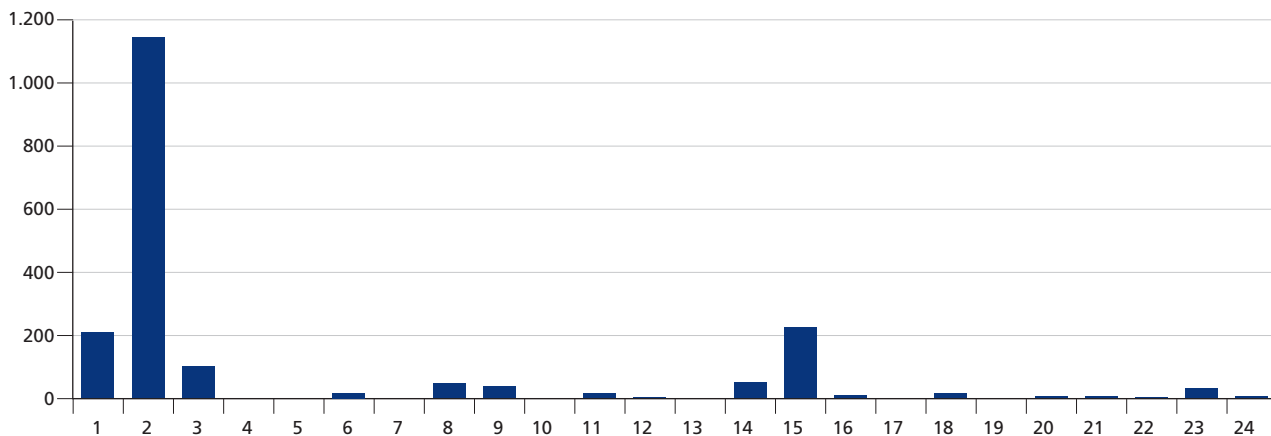
Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Vagas	94	62	45	218	183	287	362	162	182	14
Vagas por decisão judicial	7	3	2	1	0	0	0	0	0	0
Vagas por decisão administrativa	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vagas de remoção	12	4	3	7	2	5	6	8	3	1
Vagas concurso em andamento	0	0	5	0	17	21	100	55	40	0
Total	118	69	55	226	202	313	468	225	225	15

Elaboração dos autores.

3 CONCURSOS NO ESPAÇO

Ao analisar a distribuição dessas vagas por TRT, tem-se o exorbitante número de 1.140 vagas apenas na 2ª Região, localizada em São Paulo/SP, excedendo em mais de cinco vezes o número de 222 vagas da 15ª Região, situada em Campinas/SP, e 208 vagas da 1ª Região, correspondente ao Rio de Janeiro/RJ. Enquanto a 7ª, a 10ª, a 13ª, a 17ª e a 19ª regiões apresentaram o número zero de vagas, não recrutando nenhum magistrado.²

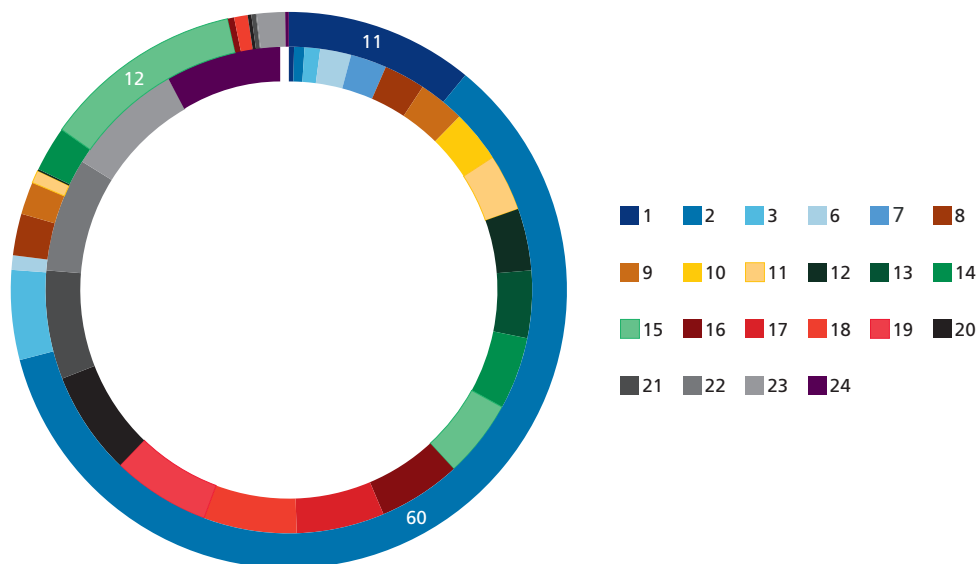
GRÁFICO 3
Vagas por região



Elaboração dos autores.
Obs.: Número de vagas: 1.916.

Dessa maneira, a região Sudeste concentra 83% de todas as vagas ofertadas ao cargo de juiz do Trabalho substituto no período de 2007 a 2016, especificamente os estados de São Paulo, com 72% do total; e Rio de Janeiro, com 11% das vagas.

GRÁFICO 4
Vagas por região
(Em %)



Elaboração dos autores.

2. Esta análise utilizou como fonte os editais para o cargo de juiz substituto do Trabalho, produzidos pelos TRTs durante o período de 2007 a 2016. Como alguns desses tribunais não expediram quaisquer editais nesse período, afirma-se que não houve recrutamentos para este cargo no intervalo analisado, de maneira que também não foi fornecida a razão para a ausência destes recrutamentos.

TABELA 2
Vagas por região

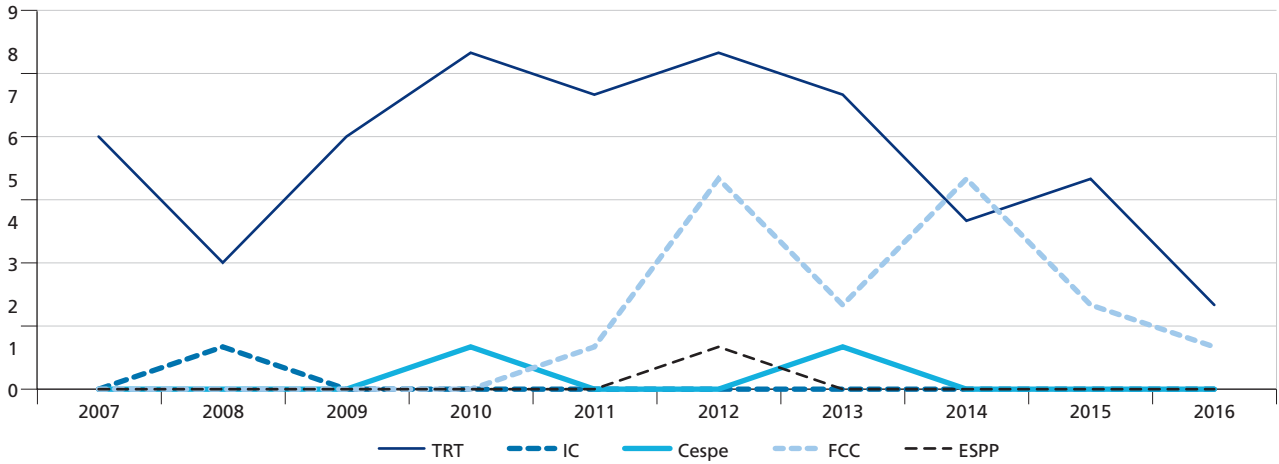
Região	Vagas	Vagas por decisão judicial	Vagas por decisão administrativa	Vagas de remoção	Vagas de concurso em andamento	Total
1	184	0	0	2	22	208
2	919	0	0	24	197	1.140
3	99	0	0	0	0	99
6	16	0	0	0	0	16
7	0	0	0	0	0	0
8	46	0	0	0	0	46
9	26	2	0	3	5	36
10	0	0	0	0	0	0
11	14	0	0	0	0	14
12	2	0	0	0	0	2
13	0	0	0	0	0	0
14	42	3	5	0	0	50
15	178	8	0	22	14	222
16	7	0	0	0	0	7
17	0	0	0	0	0	0
18	15	0	0	0	0	15
19	0	0	0	0	0	0
20	4	0	0	0	0	4
21	5	0	0	0	0	5
22	1	0	0	0	0	1
23	31	0	0	0	0	31
24	4	0	0	0	0	4
Total	1.593	13	5	51	238	1.916

Elaboração dos autores.

4 ENTIDADES ORGANIZADORAS

No gráfico 5, sobre as entidades organizadoras dos certames, primeiramente, esclarece-se que, quando não havia menção à entidade organizadora, consideramos, para fins de planejamento, que o certame foi preparado pelo próprio TRT respectivo. Esses casos somam 56 editais, constituindo a sua maioria. Nos demais, contratou-se a Fundação Carlos Chagas (FCC) em dezesseis casos; o Cespe, em dois casos; e o Instituto Cidades (IC) e a Empresa de Seleção Pública e Privada (ESPP), em um caso cada. Portanto, entre as menções explícitas de contratação, aquela com maior frequência de elaboração desses certames foi a FCC.

GRÁFICO 5

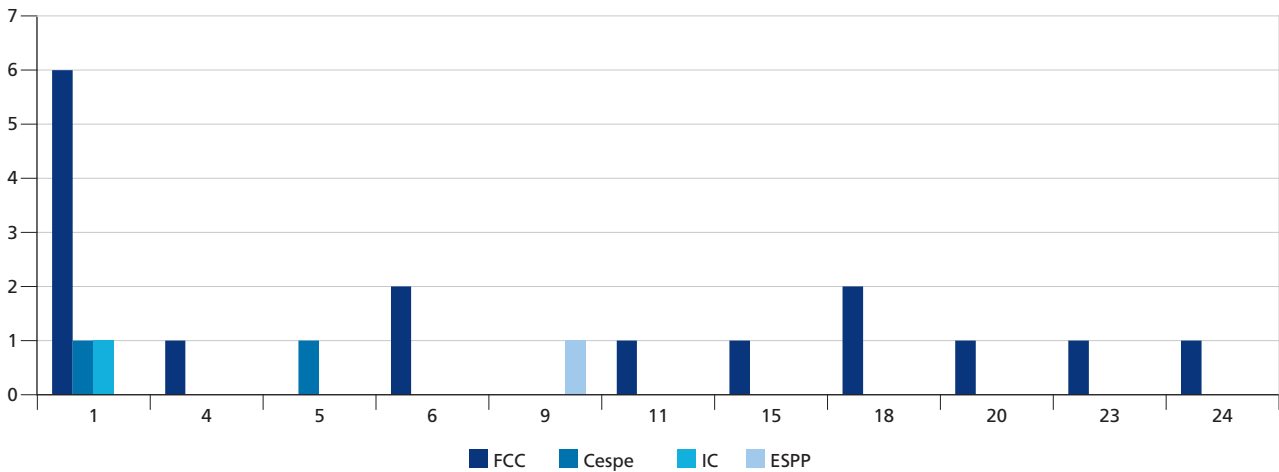
Entidades organizadoras por ano (2007-2016)
 (Em %)


Elaboração dos autores.

Obs.: Número de entidades: 75.

Aqui não parece relevante a participação das entidades organizadoras como terceirização dos certames, ou de parte deles. Tampouco parece marcante a concentração de determinada entidade e determinado tribunal.

GRÁFICO 6

Entidades organizadoras por região
 (Em %)


Elaboração dos autores.

Obs.: Número de entidades: 20.

TABELA 2

Entidades organizadoras por ano (2007-2016)

Ano	TRT	IC	Cespe	FCC	ESPP
2007	6	0	0	0	0
2008	3	1	0	0	0
2009	6	0	0	0	0
2010	8	0	1	0	0
2011	7	0	0	1	0
2012	8	0	0	5	1
2013	7	0	1	2	0
2014	4	0	0	5	0

(Continua)

Ano	TRT	IC	Cespe	FCC	ESPP
2015	5	0	0	2	0
2016	2	0	0	1	0
Total	56	1	2	16	1

Elaboração dos autores.

TABELA 3

Entidades organizadoras por região

Região	FCC	Cespe	IC	ESPP
1	6	1	1	0
4	1	0	0	0
5	0	1	0	0
6	2	0	0	0
9	0	0	0	1
11	1	0	0	0
15	1	0	0	0
18	2	0	0	0
20	1	0	0	0
23	1	0	0	0
24	1	0	0	0

Elaboração dos autores.

5 CONCURSOS, REMUNERAÇÃO E ISENÇÃO

Das 1.916 vagas existentes no período analisado neste estudo, a média dos salários iniciais oferecidos nos editais é de R\$ 21.766,15. O valor médio das taxas de inscrição foi de R\$ 150,00.

De todos os editais, 48 adotam a possibilidade de isenção da taxa de inscrição, dos quais apenas um não associa a isenção à inscrição do candidato ao Sistema de Cadastro Único (CadÚnico), serviço do governo federal, instituído pelo Decreto nº 6.153, de 26 de junho de 2007, que guarda informações pessoais e de condições de vida de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

6 REQUISITOS

Entre os requisitos para participar do certame, todos os editais exigem graduação em direito e experiência jurídica de 36 meses, destaque-se também que nenhum dos editais fazia qualquer exigência sobre a inscrição em conselho de classe – por exemplo, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Entre a experiência jurídica, todos os editais reconhecem o exercício da advocacia e em cargo de conhecimento jurídico, como magistério ou cargo público no qual se desenvolvam atividades de natureza eminentemente jurídicas. Além dessas, 63 editais também reconhecem as atividades de conciliação para fins de comprovação de experiência jurídica; e em 62 editais, reconhecem-se também a mediação e a arbitragem.

7 PRAZO DE INSCRIÇÃO, IDADE E VALIDADE DO CONCURSO

No que diz respeito ao prazo de inscrição do certame, todos os editais dispuseram de trinta dias para sua realização. Em caso de indeferimento da inscrição, 67 editais preveem recursos a essa fase. Além disso, entre todos os editais analisados, nenhum deles previa idade mínima, porém três previam idade máxima de 65 anos na data da posse. Todos os editais apresentaram a data de validade de 24 meses para o concurso, com exceção de dois, o que nos leva a crer que houve erro material na elaboração destes.

8 MODALIDADES DE INSCRIÇÃO

Sobre as formas de inscrição no certame, há a inscrição via internet, presencial, via correios ou por meio de procuração, podendo essas modalidades ocorrerem concomitantemente. Entre os 75 editais, 33 previam a possibilidade de se realizar a inscrição por qualquer uma dessas quatro modalidades.

Nos demais casos, previa-se a inscrição exclusivamente *on-line* em apenas três editais. Entre os que admitem a inscrição via internet junto a uma ou duas outras modalidades, tem-se: a inscrição admitida somente via internet ou por procuração em doze casos; somente via internet ou por correios em sete editais; a inscrição via internet, correios ou procuração em dez casos; via internet, correios e presencialmente em quatro casos; e a inscrição via internet, procuração e presencialmente em apenas dois casos.

Por fim, apenas quatro certames não contam com a inscrição virtual, nos quais três previam inscrição presencial, via correios ou por procuração; e em apenas um deles a inscrição só poderia ser realizada presencialmente ou por procuração.

9 RESERVA DE VAGAS

Em todos os editais analisados, havia previsão de atendimento de candidatos com necessidades especiais na realização das provas, bem como da reserva de vagas para pessoas portadores de deficiência,³ que se distribuiu da seguinte forma: em dezesseis editais, reservaram-se 10% das vagas, e nos demais 59 editais, foram reservadas 5% das vagas.

No que tange às cotas raciais, apenas cinco editais previam a reserva de 20% das vagas para candidatos negros ou pardos.⁴ Desses editais, todos previam a autodeclaração de cor, mas apenas dois não a combinavam com a realização de uma avaliação por uma comissão formada especificamente para esse fim.

10 ELEMENTOS DE SELEÇÃO

Entre os exames e as avaliações que compõem os elementos de seleção, têm-se as provas de múltipla escolha, com caráter classificatório e eliminatório em 64 dos editais e somente caráter eliminatório nos onze restantes. As provas de natureza discursiva, de sentença e oral são eliminatórias e classificatórias em 62 editais, e possuem caráter apenas eliminatório nos treze editais restantes. Por fim, a avaliação de títulos tem caráter classificatório em todos os 75 editais.

A inscrição definitiva, apesar de não constituir um exame propriamente dito, é uma etapa presente em todos os editais e sempre com caráter eliminatório. Além dessa, a investigação de vida pregressa também está presente em todos os editais, mas em 53 deles possui caráter eliminatório e nos outros 22 há apenas menção quanto a esta etapa. Por menção, entende-se que há previsão da investigação de vida pregressa atrelada à inscrição definitiva, constituindo parte desta.

No que tange aos exames de saúde, novamente, há menção sobre a necessidade de se realizar exame médico em apenas quatorze editais, contra 53 editais que atribuem caráter eliminatório ao exame de sanidade e à avaliação psicotécnica. Há também menção ao exame de sanidade e à avaliação psicotécnica em sete e seis editais, respectivamente.

O gráfico 7 esclarece as incidências e a relevância de cada etapa de seleção. Nitidamente as provas objetiva, discursiva, de sentença e oral estão igualmente colocadas como etapas materiais fortes. As etapas formais fortes são claramente a realização da inscrição definitiva e o exame de vida pregressa.

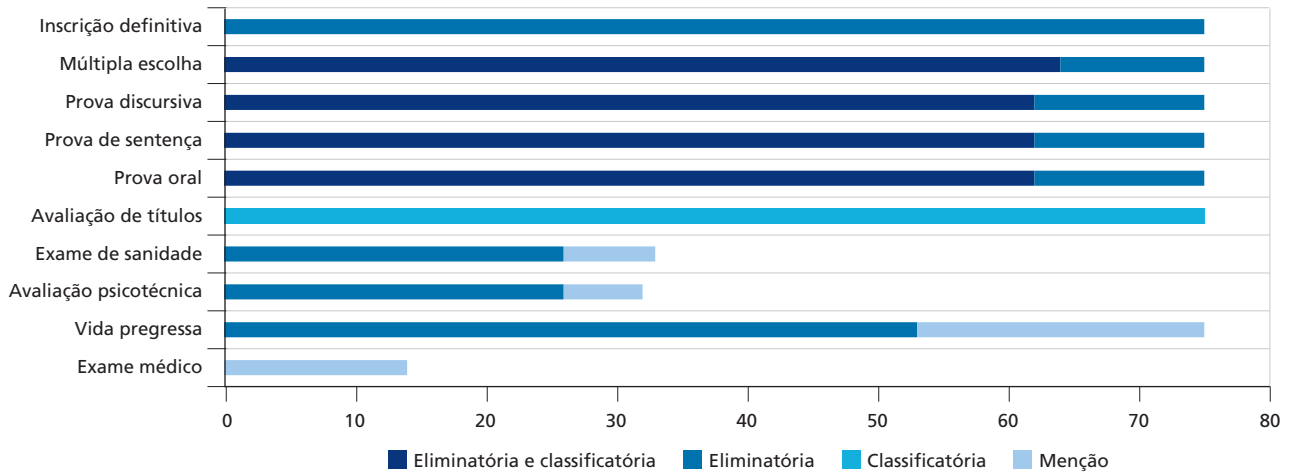
3. Os editais utilizam a expressão "pessoa portadora de deficiência", nos termos do Decreto nº 3.298/1999, a qual não condiz com o padrão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que adota a expressão "pessoa com deficiência".

4. Os termos "negros e pardos", utilizados nos editais, seguem a nomenclatura utilizada nas Resoluções nºs 203 de 2005, e 75 de 2009, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No entanto, os padrões vigentes do IBGE determinam o uso dos termos "pretos e pardos".

GRÁFICO 7

Elementos da seleção

(Em %)



Elaboração dos autores.

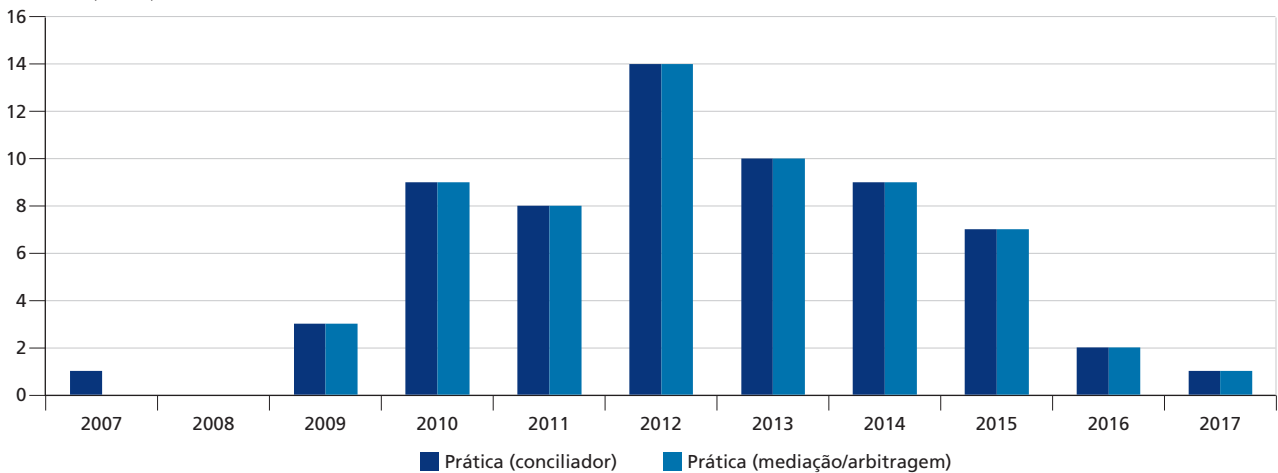
Obs.: Número de editais: 75.

Apesar disso, a análise mais interessante e reveladora desses dados não se refere ao seu agregado ou à sua distribuição regional, mas sim ao efeito de normalização da estrutura dos concursos ao longo do tempo,⁵ conforme os gráficos a seguir.

GRÁFICO 8

Provas práticas com conciliador e mediação/arbitragem (2007-2017)

(Em %)

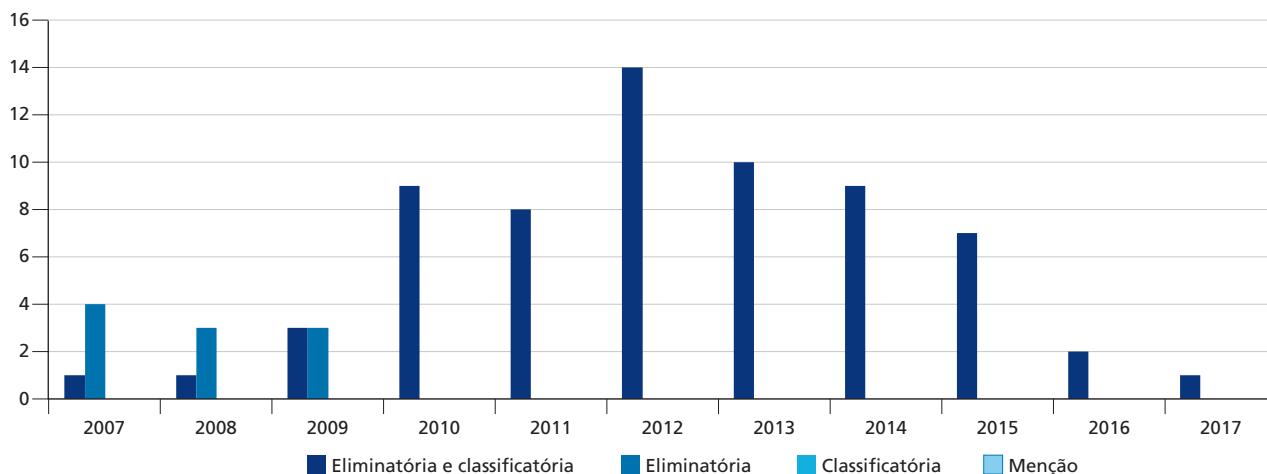


Elaboração dos autores.

GRÁFICO 9

Prova de múltipla escolha (2007-2017)

(Em %)

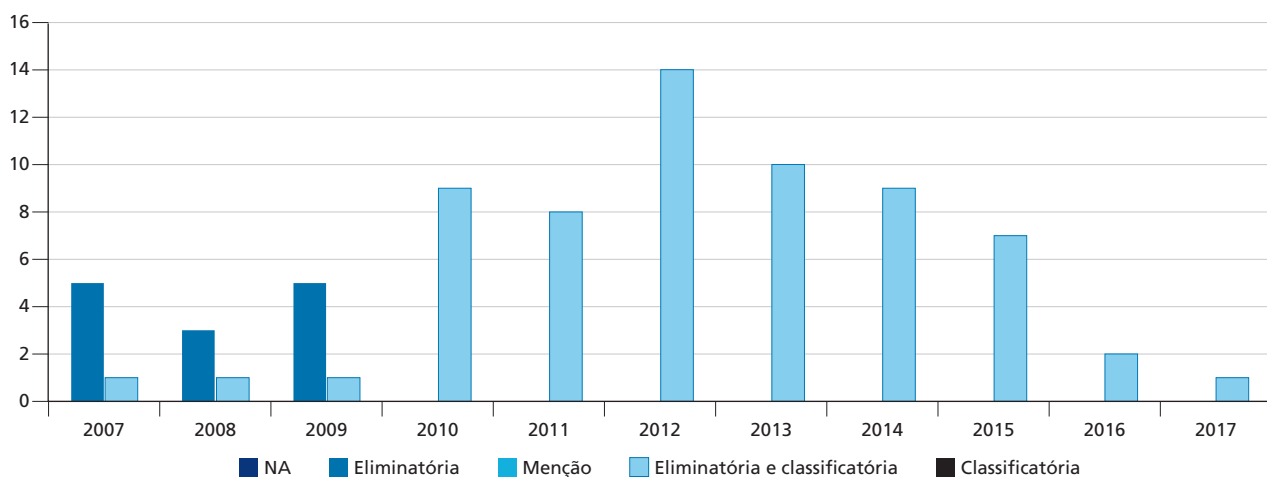


Elaboração dos autores.

GRÁFICO 10

Prova de sentença (2007-2017)

(Em %)

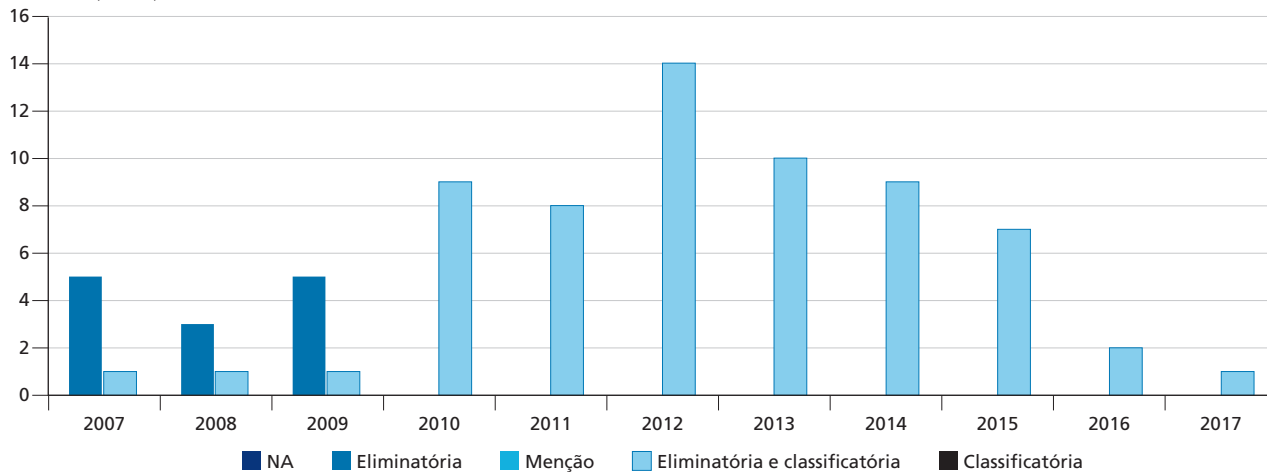


Elaboração dos autores.

GRÁFICO 11

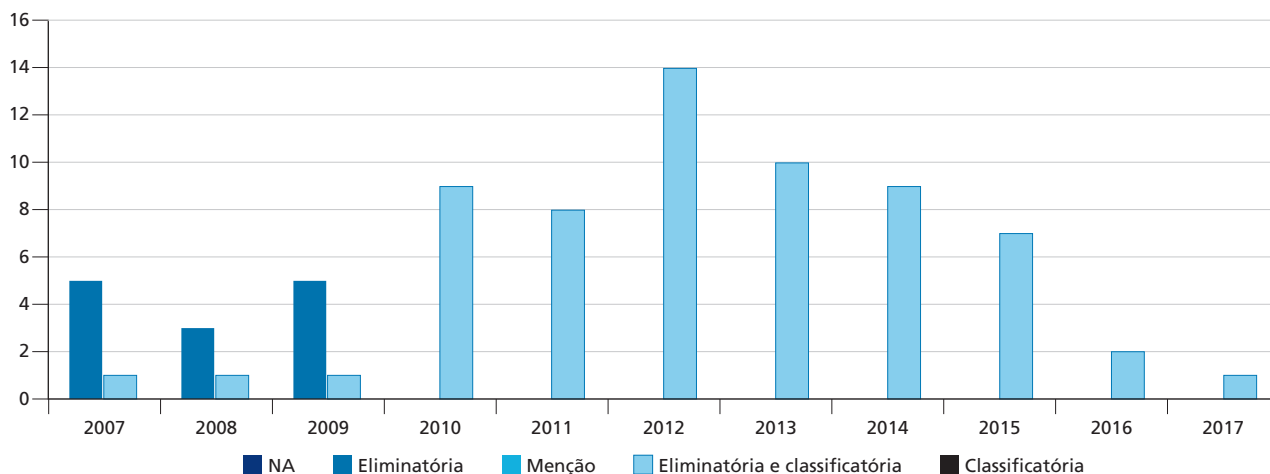
Prova discursiva (2007-2017)

(Em %)



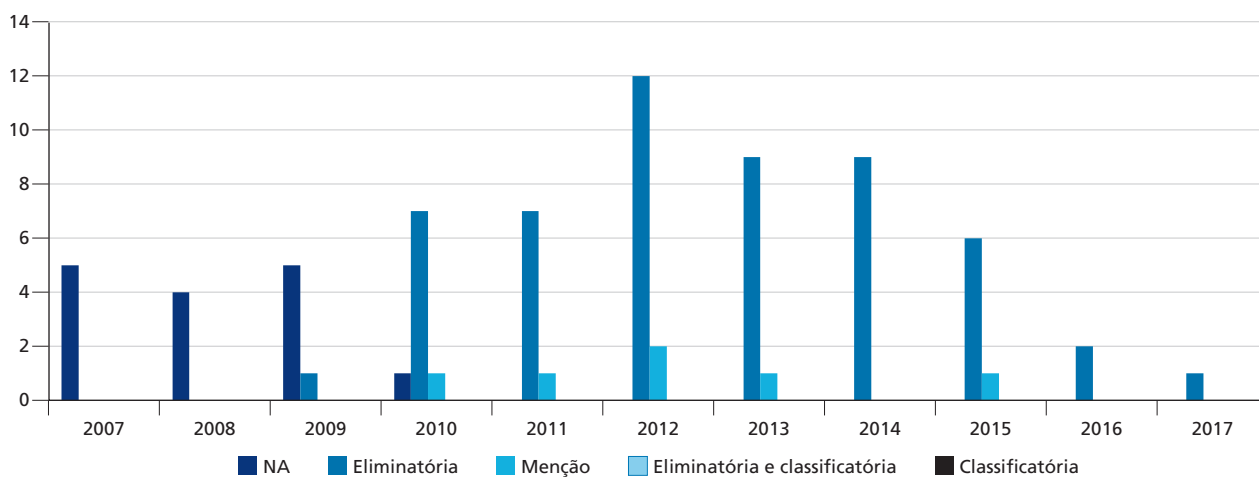
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 12
Prova oral (2007-2017)
 (Em %)



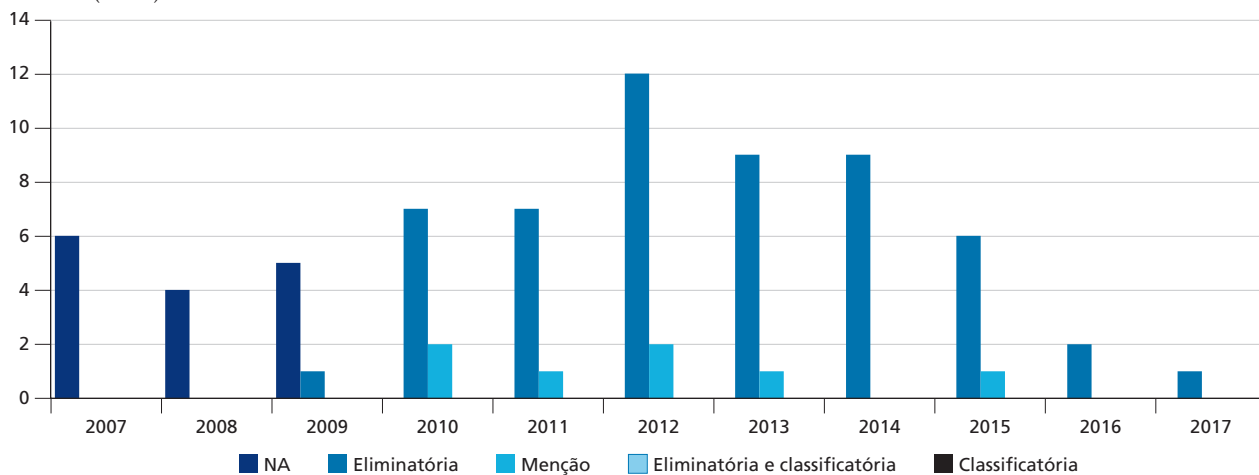
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 13
Avaliação psicológica (2007-2017)
 (Em %)



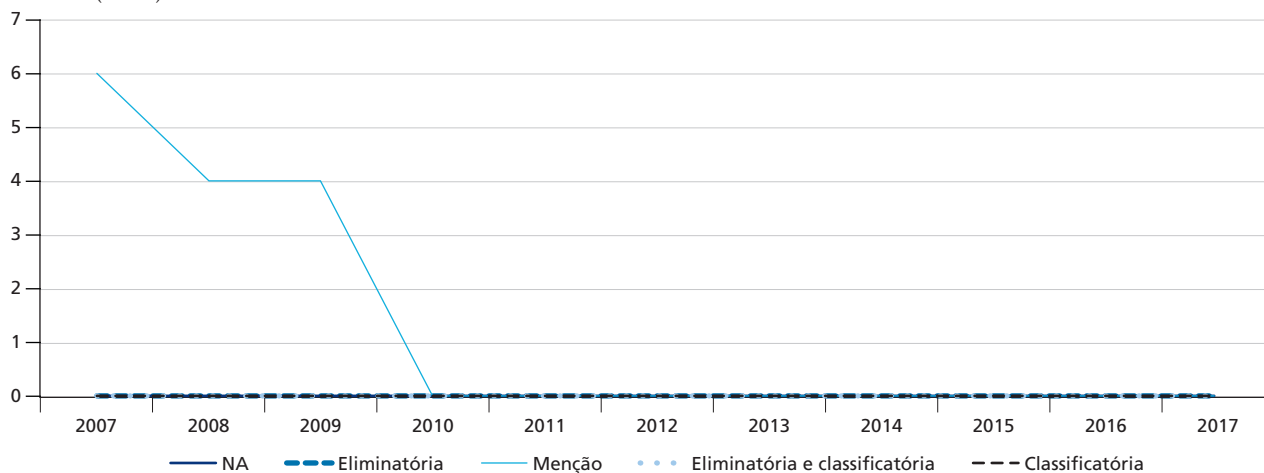
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 14
Exame de sanidade (2007-2017)
 (Em %)



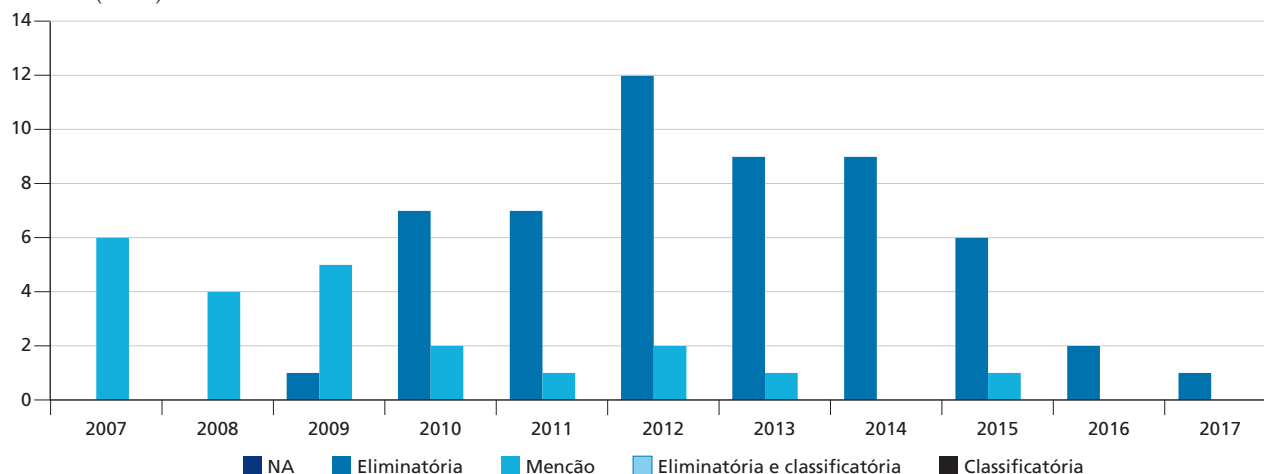
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 15
Exame médico (2007-2017)
(Em %)



Elaboração dos autores.

GRÁFICO 16
Exame de vida progressa (2007-2017)
(Em %)



Elaboração dos autores.

O que se pode nitidamente perceber independentemente de qual dos TRTs realiza o concurso é o seguinte:

- 1) A previsão expressa das atividades de conciliação, mediação e arbitragem se torna uma constante nos editais a partir de 2009.
- 2) A prova de múltipla escolha, sempre presente, oscilou em todo o período entre uma etapa eliminatória somente, e uma etapa eliminatória e classificatória.
- 3) As provas discursiva, oral e de sentença se tornam definitivamente eliminatórias e classificatórias a partir de 2010 (até então eram majoritariamente eliminatórias).
- 4) O exame de sanidade mental aparece pela primeira vez em 2009 e desde 2010 está presente em todos os concursos, majoritariamente como uma etapa eliminatória, em poucos casos como menção no edital.
- 5) A avaliação psicotécnica surge em 2009 e desde então é majoritariamente uma etapa eliminatória, aparece em poucos casos apenas como menção no edital.
- 6) O exame de vida progressa sempre esteve presente, mas desde 2010 se tornou uma etapa majoritariamente eliminatória.
- 7) O exame médico chegou a ser mencionado nos editais, mas apenas até 2010.

Mais interessante ainda que esse efeito de normalização é a constatação de que o Exame Nacional Unificado de 2017 o cristaliza, uma vez que contém a previsão expressa das atividades de conciliação, mediação e arbitragem como prática profissional; prevê provas de múltipla escolha, discursiva, oral e de sentença eliminatórias e classificatórias; exames de sanidade, psicotécnico e de vida pregressa como etapas eliminatórias; e não menciona exame médico.⁶

11 RECURSOS

Os recursos estão presentes, no caso de indeferimento da inscrição preliminar, antes da realização dos exames, em 67 editais. Nos oito demais editais, não há isenção expressa sobre a possibilidade de impetrar recurso contra o indeferimento da inscrição preliminar.

Quanto aos recursos contra as provas, todos os 75 editais preveem a possibilidade de apresentar recurso contra resultado obtido nos exames.

12 CURSO DE FORMAÇÃO, ATRIBUIÇÕES, HABILIDADES

Nenhum dos editais prevê como uma de suas etapas curso de formação, no entanto, 73 editais preveem a necessidade de se realizar o referido curso aos candidatos que forem nomeados. Apenas dois editais não mencionam a necessidade de realizar esse tipo de curso após a nomeação.

13 LACTANTES

Em 42 editais,⁷ assegura-se o direito das candidatas lactantes a amamentar, em horários pré-determinados e durante a realização dos exames. Nos demais 33 editais, não está prevista esta possibilidade.

14 DESEMPATE, BANCA, EXAME GRAFOTÉCNICO

À exceção de dois editais, todos preveem critérios de desempate. Também é ínfimo o número de editais que não preveem a banca, contando com apenas quatro.

Por último, de todos os editais, apenas 21 determinam a possibilidade de ser realizada perícia por meio de exame grafotécnico (ou grafológico) em seus exames.

6. Embora o exame médico não seja mencionado nos editais até o ano de 2010, o Exame Nacional Unificado conta com uma etapa de avaliação da saúde física e mental como parte da terceira etapa do concurso.

7. Entre o total de 42 editais, 24 preveem expressamente que não haverá compensação de horário, enquanto os dezoito restantes sequer mencionam essa possibilidade.

TABELA A.1
Etapas dos concursos, por ano e região (2007-2016)

Ano	TRT região	Prática (conci-liador)	Prática (mediação/arbitragem)	Ins-crição definitiva	Múl-tipla escolha	Prova de sen-tença	Prova discur-siva	Avalia-ção de títulos	Exame de sa-nidade	Prova oral	Ava-liação psico-técnica	Vida pre-gressa	Exame médico
2007	14	N	N	E	EC	E	EC	C	NA	EC	NA	M	M
2007	15	N	N	E	E	E	E	C	NA	E	NA	M	M
2007	23	N	N	E	EC	E	E	C	NA	E	NA	M	M
2007	3	S	N	E	EC	E	E	C	NA	E	NA	M	M
2007	8	N	N	E	EC	E	E	C	NA	E	NA	M	M
2007	9	N	N	E	EC	E	E	C	NA	E	NA	M	M
2008	1	N	N	E	E	E	E	C	NA	E	NA	M	M
2008	15	N	N	E	EC	E	E	C	NA	E	NA	M	M
2008	23	N	N	E	EC	E	E	C	NA	E	NA	M	M
2008	8	N	N	E	EC	EC	EC	C	NA	EC	NA	M	M
2009	12	N	N	E	EC	E	E	C	NA	E	NA	M	M
2009	14	N	N	E	EC	E	E	C	NA	E	NA	M	NA
2009	2	S	S	E	E	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2009	3	S	S	E	E	E	E	C	NA	E	NA	M	M
2009	8	N	N	E	EC	E	E	C	NA	E	NA	M	M
2009	9	S	S	E	EC	E	E	C	NA	E	NA	M	M
2010	1	S	S	E	EC	EC	EC	C	M	EC	M	M	NA
2010	14	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2010	15	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2010	2	S	S	E	EC	EC	EC	C	M	EC	NA	M	NA
2010	21	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2010	23	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2010	23	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2010	3	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2010	6	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2011	1	S	S	E	EC	EC	EC	C	M	EC	M	M	NA
2011	15	S	S	E	E	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2011	16	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2011	2	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2011	23	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2011	23	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2011	3	S	S	E	E	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2011	8	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA

(Continua)

Ano	TRT região	Prática (conciliador)	Prática (mediação/arbitragem)	Inscrição definitiva	Múltipla escolha	Prova de sentença	Prova discursiva	Avaliação de títulos	Exame de sanidade	Prova oral	Avaliação psicotécnica	Vida pregressa	Exame médico
2012	9	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2012	1	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2012	4	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2012	11	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2012	18	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2012	20	S	S	E	E	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2012	14	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2012	15	S	S	E	E	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2012	2	S	S	E	EC	EC	EC	C	M	EC	M	M	NA
2012	21	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2012	23	S	S	E	E	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2012	24	S	S	E	EC	EC	EC	C	M	EC	M	M	NA
2012	3	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2012	8	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2013	5	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2013	1	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2013	6	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2013	14	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2013	15	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2013	2	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2013	2	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2013	22	S	S	E	EC	EC	EC	C	M	EC	M	M	NA
2013	3	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2013	8	S	S	E	E	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2014	1	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2014	6	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2014	15	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2014	18	S	S	E	E	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2014	24	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2014	14	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2014	2	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2014	23	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2014	8	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2015	1	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2015	23	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2015	16	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2015	2	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA

(Continuação)

Ano	TRT região	Prática (conci-liador)	Prática (mediação/arbitragem)	Ins-crição definitiva	Múl-tipla escolha	Prova de sen-tença	Prova discursi-va	Avalia-ção de títulos	Exame de sa-nidade	Prova oral	Ava-liação psico-técnica	Vida pre-gressa	Exame médico
2015	21	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2015	3	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2015	8	S	S	E	EC	EC	EC	C	M	EC	M	M	NA
2016	1	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2016	4	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA
2017	N	S	S	E	EC	EC	EC	C	E	EC	E	E	NA

Elaboração dos autores.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Editores

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herlyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL